

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v17i33.19801>

O NOVO SINDICALISMO E A REFORMA AGRÁRIA NO SERTÃO: A
EXPERIÊNCIA DOS TRABALHADORES DE INHAPI, ALAGOAS,
NORDESTE DO BRASIL, 1984 – 1986

José Vieira da Cruz

Professor Associado da Universidade Federal de Sergipe

E-mail: jose.vieira@academico.ufs.br

Aline Oliveira da Silva

Mestre em História pelo PPGH/UFAL

E-mail: allineholiveira@gmail.com

Resumo

Esse artigo discute a experiência dos participantes do Sindicato dos Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTR) de Inhapi, município localizado no Sertão de Alagoas, Nordeste do Brasil, no período de transição entre a ditadura civil-militar e o advento da Nova República. Nesse contexto, a ação de católicos próximos à Teologia da Libertação, em particular através das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), aproximou-se dos debates da reforma agrária, do novo sindicalismo e das mobilizações em favor da redemocratização. Em termos temporais, esse estudo toma como ponto de partida o ano de 1984, a partir da análise dos registros das ações, experiências e posicionamentos da nova diretoria eleita para o STTR/Inhapi. Recorte estendido até 1986, quando alguns desses sindicalistas participaram das iniciativas de mobilização para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O exame das fontes – escritas e orais –, revelam como as sementes do novo sindicalismo e dos movimentos sociais do campo atuaram em favor do direito a terra, à justiça social e à democracia. Nesse sentido, as experiências desses sertanejos ajudam a compreender meandros dos horizontes de expectativas políticas, sociais e sindicais do cenário nacional no contexto do final do século XX.

Palavras-chave: Novo sindicalismo; Reforma Agrária; Sertão.

THE NEW UNIONISM AND AGRARIAN REFORM IN THE BACKLANDS:
THE EXPERIENCE OF WORKERS IN INHAPI, ALAGOAS, NORTHEAST
BRAZIL, 1984 – 1986

Abstract

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 17, n. 33, jul. - dez. 2023
ISSN: 1982 -193X



This article discusses the experience of participants in the Rural Workers' Union (STTR) of Inhapi, a municipality located in the Backlands of Alagoas, Northeast Brazil, in the transition period between the civil-military dictatorship and the advent of the New Republic. In this context, the action of Catholics close to Liberation Theology, in particular through pastorals and Base Ecclesiastical Communities (CEBs), came closer to debates on agrarian reform, new unionism and mobilizations in favor of redemocratization. In temporal terms, this study takes the year 1984 as its starting point, based on the analysis of records of actions, experiences and positions of the new board elected for STTR/Inhapi. The cut-off extended to 1986, when some of these unionists participated in mobilization initiatives for the creation of the Central Única dos Trabalhadores (CUT) and the Landless Rural Workers Movement (MST). The examination of the sources – written and oral – reveals how the seeds of the new unionism and rural social movements acted in favor of the right to land, social justice and democracy. In this sense, the experiences of these country people help to understand the intricacies of the horizons of political, social and union expectations on the national scene in the context of the end of the 20th century.

Keywords: New unionism; Agrarian Reform; Backlands.

EL NUEVO SINDICALISMO Y LA REFORMA AGRARIA EN LA HISTORIA: LA EXPERIENCIA DE LOS TRABAJADORES EN INHAPI, ALAGOAS, NORESTE DE BRASIL, 1984 – 1986

Resumen

Este artículo analiza la experiencia de los participantes del Sindicato de Trabajadores Rurales (STTR) de Inhapi, municipio ubicado en el Sertão de Alagoas, Nordeste de Brasil, en el período de transición entre la dictadura cívico-militar y el advenimiento de la Nueva República. En este contexto, la acción de los católicos cercanos a la Teología de la Liberación, en particular a través de las pastorales y de las Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB), se acercó a los debates sobre la reforma agraria, el nuevo sindicalismo y las movilizaciones a favor de la redemocratización. En términos temporales, este estudio toma como punto de partida el año 1984, a partir del análisis de los registros de acciones, experiencias y posiciones de la nueva junta directiva electa del STTR/Inhapi. El corte se extendió hasta 1986, cuando algunos de estos sindicalistas participaron en iniciativas de movilización para la creación de la Central Única dos Trabalhadores (CUT) y el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). El examen de las fuentes –escritas y orales– revela cómo las semillas del nuevo sindicalismo y de los movimientos sociales rurales actuaron a favor del derecho a la tierra, la justicia social y la democracia. En este sentido, las experiencias de estos campesinos ayudan a comprender los entresijos de los horizontes de expectativas políticas, sociales y sindicales en el escenario nacional en el contexto de finales del siglo XX.

Palabras clave: Nuevo sindicalismo; Reforma Agraria; Sertón.

Um sindicato bem organizado
Deve procurar todas as maneiras
De defender os interesses da classe.
Nos dias de hoje, a principal luta do sindicato
É de exigir a Reforma Agrária,
Lutando assim para que todos os lavradores tenham TERRA
(IGREJA CATÓLICA, 1979, p. 382).

Os versos selecionados da obra “Abra a porta: cartilha do povo de Deus”, é parte de um conjunto de impressos formativos que subsidiou as atividades pedagógicas das pastorais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de outros movimentos de leigos católicos próximos a Teologia da Libertação no contexto da década de 1980. O exame desses impressos, dentre eles cartilhas, panfletos e apostilas, revelam a aproximação desses leigos junto às experiências sindicais e de movimentos sociais do campo (Meneses Neto, 2007).

O alcance desses versos pode ser significado tanto pelo número de edições obtido por esse impresso quanto pelo fato dessa cartilha ter sido localizada em posse de leigos católicos que atuaram junto ao Sindicato dos/das Trabalhadores/Trabalhadoras Rurais (STTR) de Inhapi, no sertão de Alagoas, Nordeste do Brasil, no contexto da gestão sindical que atuou nos anos de transição da ditadura civil-militar para a Nova República. Recorte temporal delimitado entre 1984 – quando leigos católicos próximos a Teologia da Libertação passaram a atuar junto ao referido sindicato –, e de 1986 – quando alguns desses sindicalistas sertanejos tomaram parte das experiências para criação tanto da Central Única dos Trabalhadores quanto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Silva, 2019, p. 12-13).

A respeito, a documentação examinada evidencia experiências de um fazer histórico relacionado ao contexto social, cultural e político marcados pelas ambivalências da sociedade brasileira, em particular, a partir de nuances do sertão de Alagoas. O conceito de experiência aqui utilizado – reservadas às especificidades temporais, espaciais e culturais –, aproxima-se da chave explicativa empregada por Edward Palmer Thompson para estudar a formação da classe operária inglesa no século XIX (1987, p. 9-14). No caso em estudo, dos(as) trabalhadores(as) sindicalizados de Inhapi entre 1984 a 1986, as fontes evidenciam o fazer-se de um sindicato rural independente, autônomo e combativo associado ao novo sindicalismo (Antunes, 2015; Silva, 2021).

No Brasil, a (re)organização de sindicatos rurais a partir das décadas de 1970 sofreu intervenções, interferências e/ou alinhamento impostos pela ditadura civil-militar (Alves, 1985; Côrrea, 2018). A respeito, a narrativa de um participante das CEBs e do STTR de Inhapi destaca que, nos primeiros anos da década de 1980, os(as) trabalhadores(as) rurais passaram a criticar o sindicato por ser

pelego. O sindicato não batia com as ideias da Igreja. Tudo que se dizia para os diretores, alguém ia levar para o chefe político. O que aconteceu, a Igreja se organizou com um grupo de pessoas para ganhar o sindicato, porque ganhando o sindicato nós podemos fazer um trabalho. Ganhamos primeiro o meio e ainda ficou umas pessoas infiltradas e precisamos fazer reuniões um pouco secretas, se não eles entregavam (Correia, 2020).

Nesse contexto, a atuação das CEBs junto aos movimentos sociais demarcou a atuação política de leigos católicos e emergiu um novo tipo de sindicalismo, em particular, na oposição aos chamados sindicatos “pelegos”, alinhados ao assistencialismo governamental. Dessa forma, no curso dos anos de 1980, o ativismo de leigos católicos – influenciados pela opção pelos pobres professada pela Teologia da Libertação na América Latina –, estimulou o surgimento de uma corrente sindical propositiva que resultou na constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984 (CUT, 1985; JST, 1986; ASFORA, 2004).

Assim, alimentadas pela opção política pelos pobres, leigos católicos primeiro passaram a fazer parte dos sindicatos e, posteriormente, constituíram uma nova direção política denominado de novo sindicalismo (Picolloto, 2011). Esse sindicato de novo tipo, por sua vez, promoveu e instituiu novas práticas, procedimentos e posturas, dentre elas: a ampliação de espaços de representação política dos(as) trabalhadores(as), tomada colegiada das decisões e, em particular, adotou uma agenda de lutas focada em favor da reforma agrária, justiça social e democracia (Antunes, 2015; Favareto, 2006).

A respeito do STTR/Inhapi, a narrativa de uma multiplicadora sindical e participante das CEBs destacou que ele foi um dos primeiros sindicatos rurais a se filiar à CUT e que “dali que começaram vários movimentos de apoio aos trabalhadores(as) rurais, porque tinham uma direção diferente e tinham o apoio das CEBs através dos irmãos e irmãs” (Barreto, 2020).

A análise dessa e de outras narrativas, assim como dos jornais e impressos localizados, têm evocado a necessidade de se estudar a lacuna historiográfica a acerca desses sindicalistas

sertanejos (Almeida, 2018; Cosme, 2019). Em termos teóricos, esse artigo também dialoga com o campo de estudos da história social (Hobsbawn, 2007; Thompson, 2008) e da nova história política (Rémond, 2007). As fontes orais, por sua vez, são examinadas a partir das discussões sobre memória (Le Goff, 1991), história do tempo presente (Chauveau, 1999) e da história oral (Cruz, 2013; Ferreira; Amado, 1998).

Frente a atuação da referida entidade no contexto da década de 1980, o estudo acerca da experiência do novo sindicalismo arado pelo sindicato rural de Inhapi, no Sertão de Alagoas, amplia a compreensão histórica das tensões sociais no campo, em particular, no escopo temporal do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Nesse cenário, o Sertão também foi palco de ações, experiências e mobilizações sociais contra a ditadura civil-militar e a favor da democracia – com justiça social e direito de acesso à terra para os trabalhadores.

Em torno dessa discussão, o presente texto está estruturado em quatro momentos. No primeiro, discute-se como o STTR/Inhapi chegou ao novo sindicalismo. O segundo busca compreender a conexão das mobilizações sindicais com a agenda nacional. O terceiro, discorre acerca da articulação de sindicalistas do STTR/Inhapi com a CUT e o MST. E, por último, tece uma análise acerca das experiências desse sindicato e de seus sindicalizados em relação à defesa da reforma agrária.

O novo sindicalismo rural em Alagoas

Durante a ditadura civil-militar, os sindicatos rurais próximos ao Estado se estabeleceram como uma das poucas representações políticas dos trabalhadores. A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, em razão do desgaste político e econômico da ordem institucional imposta, observa-se a intensificação de mobilizações em favor da redemocratização do país (Alves, 1985; Fico, 2012; Doimo, 1995). E, articulado essa efervescência política, o novo sindicalismo associado aos movimentos leigos católicos surge como uma nova perspectiva (Corrêa, 2018; Santos, 2007).

Nesse contexto, a sindicalização rural passou a ser disputada por leigos católicos articulados em torno das propostas do novo sindicalismo: representação sindical ampliada, fórum colegiado para tomada de decisões e agenda unificada de lutas. No Nordeste, as ações do Serviço de

Assistência Rural (SAR), criado pela Arquidiocese de Natal/Rio Grande do Norte, em 1949, estabeleceu um significativo papel de formação e de conscientização dos trabalhadores rurais. A partir da década de 1970, os frutos desse trabalho foram observados em vários estados da região Nordeste (Santos, 2014).

Em terras alagoanas, a mencionada instituição estabeleceu parcerias com o Serviço de Orientação Rural de Alagoas (SORAL), cujas origens datam de 1961. O referido serviço desenvolveu ações para a constituição de sindicatos rurais nos territórios que abrangiam a Arquidiocese de Maceió, em particular, na região da zona da mata (Medeiros, 2009). Em relação aos movimentos sociais na região do sertão, os raros estudos existentes se limitam aos acontecimentos das ligas camponesas e da guerrilha rural ocorridos na serra de Pariconha, então município de Água Branca, na década de 1960 (Silva, 2004).

Segundo a narrativa de José Cazuza Ferreira de Oliveira (2020), integrante do STTR/Inhapi e das CEBs, o sindicato rural de Água Branca/Pariconha em razão de seu histórico e base social são considerados sindicalistas autênticos, combativos e engajados. Entretanto, compartilham de uma outra linha política próxima das ligas camponesas, Ação Popular (AP) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Feito esse reconhecimento, o entrevistado não destaca ações conjuntas entre os sindicatos de Inhapi/Delmiro Gouveia e o sindicato de Água Branca/Pariconha. Uma discussão importante, mas pouco aprofundada pela bibliografia existente (Almeida, 2018).

O STTR/Inhapi, foi constituído a partir de uma delegacia sindical criada em 1975 – sob orientação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG). O mencionado espaço funcionava como um ponto de ligação com o sindicato estadual e a federação dos trabalhadores. A transformação da delegacia em STTR ocorreu em 23/07/1979. Entretanto, a carta sindical de autorização para funcionamento do sindicato daquele município só foi publicada em 1982 (RIOS, 2020, p. 194). Nesse contexto, conforme a legislação, a norma determinava que a representatividade sindical de uma categoria de trabalhadores só poderia ocorrer com a anuência da carta sindical (Corrêa, 2018, p. 38).

A delegacia sindical e, posteriormente, o sindicato rural de Inhapi funcionou ajustado para atender as demandas assistencialistas de seus sócios. É importante registrar que em grande parte desse período, o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) estava associado ao antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Na prática, segundo um dos entrevistados, o mencionado fundo só funcionava para

o “povo ir lá... extrair dente, tanto que no sindicato tinha uma cadeira odontológica (...). O sindicato chegou a ter 3.500 filiados por conta dessa preocupação com o assistencialismo”(Oliveira, 2020).

Os recursos destinados para a previdência social rural, somente foram efetivados com a criação do FUNRURAL, em 1967 – mais de duas décadas depois da criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que amparou os(as) trabalhadores(as) urbanos desde meados da década de 1940. Esse fundo tinha a finalidade de estabelecer benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais: aposentadoria por velhice ou invalidez, auxílio-doença, assistência médica e odontológica, pensão por morte, auxílio-funeral, entre outros (Corrêa, 2018, p. 52). Contudo, o FUNRURAL só entrou em vigência quatro anos depois, com a aprovação da Lei Complementar de n.º 11 de 25/05/1971 (Colleti, 2019, p. 141).

Frente a essa realidade política, previdenciária e sindical, as ações de formação da Pastoral da Terra e das CEBs alimentaram a constituição de grupos de oposição ao chamado sindicalismo “pelego”, burocrático e alinhado a tecnoburocracia estatal. O protagonismo desses leigos católicos sertanejos, assim como de outras regiões do país, contribuiu para o florescimento de uma concepção sindical de novo tipo, independente e desatrelada das ingerências políticas do Estado.

Nesse contexto, a Pastoral Rural desenvolveu um relevante papel na “articulação das comunidades rurais, formada por cristãos católicos comprometidos, que contribuíram com o surgimento de movimentos religiosos e sociais nas áreas rurais” (Lima, 2016, p. 56 - 57). Em Alagoas, os primeiros registros de atuação da referida pastoral datam o ano de 1976, na Paróquia Santa Maria Madalena, município de União dos Palmares, sob orientação do Padre Emílio April e do leigo José Martins. Essas ações alcançaram a região do sertão a partir de 1985 – por meio das contribuições dos padres italianos Aldo Giazzon e Luís Canal. E, dentre os municípios envolvidos com esse trabalho estavam Inhapi, Delmiro Gouveia e Água Branca (Lima, 2016).

A atuação da Pastoral Rural em Inhapi teve início na década de 1980, a partir das ações elencadas pelos bispos do Nordeste, em particular aquelas embasadas na metodologia da Teologia da Enxada. Segundo Asfora (2004), a Igreja Católica na região Nordeste, em particular a partir do final da década de 1970, conferiu maior atenção às práticas de evangelização das pastorais, sobretudo, aquelas sob orientação de Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires e

dos bispos que compartilhavam os anseios políticos da opção pelos pobres – alicerçadas na proposta da Teologia da Libertação para América Latina (Susin, 2012, p. 93).

A metodologia da Teologia da Enxada, por sua vez, consiste na experiência formativa desenvolvida pelo padre Josef Comblin – religioso cujas experiências no cenário da América Latina junto às CEBs, à Pastoral Rural, aos sindicatos rurais e aos movimentos sociais do campo, no final da década de 1960 e décadas de 1970/1980, alcançaram significativa repercussão. Esse método formativo consiste em preparar seminaristas e lideranças em meio ao cotidiano de comunidades rurais para compreenderem os significados da vida e das questões sociais, econômicas, culturais e religiosas dos camponeses (Susin, 2012). Essa experiência contribuiu para o desenvolvimento de diversos projetos de evangelização e de formação no meio rural (Souza, 2012; Montenegro, 2019).

Frente a metodologia da Teologia da Enxada, bem como, de sua fundamentação na Teologia da Libertação, a Pastoral Rural em Inhapi passou a desenvolver ações de base junto aos trabalhadores rurais. Os resultados desse trabalho se evidenciam na formação de lideranças religiosas, comunitárias e políticas que se envolveram em experiências sindicais e em favor da reforma agrária. Assim, enlaçado por essa experiência de formação, a partir de meados de 1983, o STTR/Inhapi, realizou eleições sindicais que consagrou a escolha de uma nova gestão sindical. A nova direção, iniciada em 1984 teve dentre os seus dirigentes os sindicalistas Zé Ricardo, Luiz Valério da Silva, Alexandre, Izidio, José Joaquim da Silva, Genivaldo e José Cazuza Ferreira de Oliveira (Oliveira, 2020).

Após a posse da nova gestão, o STTR/Inhapi passou a traçar um novo tipo de atuação sindical. Dentre as ações realizadas, destacam-se a organização de mutirões de trabalho nas roças dos sócios, construção de bancos de sementes para que os(as) trabalhadores(as) pudessem ter autonomia no plantio, discussão da saúde enquanto direito, entre outras ações. Os horizontes das reflexões perpassaram também pela reivindicação do uso e posse da terra enquanto direito. A narrativa de um participante das CEBs, Pastoral Rural e do STTR de Inhapi, enfatiza que a importância do trabalho nos mutirões, é descrito como uma ação constituída por um

grupo de trabalhadores [que] se reuniam para trabalhar na roça de um, depois na roça de outro. Começamos a discutir os bancos comunitários de sementes, guardar as sementes para trabalhar. Discutimos sobre a saúde preventiva, mas também cobrar médicos. O que era uma coisa difícil em uma cidade pequena. Mas (...) o foco maior era a questão da terra, porque entendíamos que era a partir dessa conquista que a gente teria uma condição econômica de sobrevivência melhor (Oliveira, 2020).

Os mutirões, segundo Eric Saborin (2007), compõem-se em práticas cotidianas de solidariedade das famílias camponesas, muito comum no Nordeste. Essas práticas não devem ser observadas enquanto reminiscências de um passado arcaico, mas compreendidas enquanto ações (re)atualizadas a partir de coletivos, solidários e comunitários de indivíduos que compartilham dos desafios de um mesmo presente histórico em construção.

Outro elemento que contribuiu para as referidas práticas de solidariedade foi a influência formativa da Teologia da Enxada – da qual participaram alguns membros da nova direção do STTR e da Pastoral Rural de Inhapi (Santos, 2007). Nesse sentido, estimulados pelo resgate de costumes camponeses, experiências da Teologia da Enxada e as novas ideias sindicais, os novos sindicalistas de Inhapi valorizaram o trabalho comunitário, o compartilhamento das decisões e uma agenda de lutas comprometida com a reforma agrária, a justiça social e a defesa da democracia.

A partir dessa nova postura política, os(as) sertanejos(as) sindicalistas de Inhapi se aproximaram ainda mais da realidade dos trabalhadores da região. Nesse processo de aprendizagem e de formação, segundo o Padre José Luiz Torres (2016), as freiras Cecília Sodero Pousa e Gê assessoraram a nova diretoria sindical. Elas, segundo a narrativa de uma das lideranças leigas católicas, ajudavam na condução de reuniões, estimulavam a escolha de temas geradores e a construção de encaminhamentos (Oliveira, 2020).

Em relação ao sindicalismo rural no sertão de Alagoas no período em estudo, os registros do Serviço Nacional de Informações (SNI) – disponíveis no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) – destaca a organização de um ato público ocorrido no então distrito de Pariconha, município de Água Branca, em 15/04/1984. Esse registro descreve uma mobilização com cerca de três mil pessoas com a presença de várias entidades e dirigentes sindicais e de representantes de diferentes partidos políticos, dentre eles: José Joaquim da Silva (presidente do STTR/Inhapi e membro da comissão organizadora do ato), José Messias de Souza (presidente da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos e representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção/Alagoas), Aloízio Sérgio Rocha Barroso (membro da diretoria do Sindicato dos Médicos e coordenador da Intersindical/Alagoas), Ênio Lins de Oliveira (representante do Jornal Tribuna da Luta Operária e do PCdoB) e Eduardo Bonfim Gomes Ribeiro (deputado estadual pelo PMDB) (AN/FSNI, 1984).

Segundo a narrativa de uma entrevistada, o ato expôs críticas à situação de exclusão social em que se encontravam os trabalhadores rurais, dentre elas os obstáculos para o acesso a terra e às sementes para cultivá-las (Barreto, 2020). A documentação oficial, por sua vez, expos falas, discursos e críticas reportadas ao contexto econômico, social e político: legalização dos partidos, Diretas Já, custo de vida, reforma agrária, dentre outras agendas (AN/FSNI, 1984). A narrativa do pároco de Inhapi a respeito desse ato, o descreve como uma ação pública organizada pelos sindicatos rurais da região que terminou por estimular os trabalhadores a questionarem a situação social e política que estavam expostos, assim como foi um canal de articulação entre vários setores da sociedade (Torres, 2016).

Em entrevista, Manoel de Aguiar Correia (2020), integrante das CEBs e do STTR de Inhapi, avaliou que naquela conjuntura era necessário articular atos públicos abordando temas de interesse nacional – para que a compreensão da luta em defesa da reforma agrária avançasse na região e no estado de Alagoas. Nessa perspectiva, o ato público ocorrido no então distrito de Pariconha, tanto pelo olhar dos registros oficiais quanto pelas memórias a ele associadas, evocaram fortemente os temas da reforma agrária, justiça social e da redemocratização do país.

“Nós somos crias das igrejas avançadas e do movimento da luta pela liberdade”

A narrativa que nomeia essa sessão, fruto da fala de um sindicalista do STTR/Inhapi, sintetiza dois significados importantes daquele contexto. O primeiro deles é o das experiências dos movimentos leigos católicos inspirados na Teologia da Libertação. Já o segundo, associa-se ao contexto de combate à ditadura civil-militar e de apoio à redemocratização do país (Aguiar, 2020). Momento marcado pelo retorno de lideranças políticas exiladas, oficialização do pluripartidarismo, surgimento de centrais sindicais, a exemplo da CUT, e de movimentos sociais do campo de âmbito nacional, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra e do MST (Santos, 2007).

Segundo Stédile (2012), na condição de membro da coordenação nacional do MST e autor de diversos textos sobre a questão agrária no Brasil, nesse período o país voltava ao rumo da democracia, da liberdade de imprensa e das lutas sociais. A respeito, a narrativa de um dos sindicalistas sertanejos entrevistados, enfatiza que esse processo de germinação política coincide com o “grito pela democracia” e com surgimento de um movimento social do campo

de âmbito nacional focado na retomada da pauta da reforma agrária que havia sido interrompida pelo golpe e pela ditadura civil-militar (Correia, 2020).

A fala de Correia, em consonância ao texto de Stédile, estabelece associações do campo de atuação social do MST na década de 1980, a partir das contribuições históricas e políticas das ligas camponesas, enquanto experiência de luta pela reforma agrária, marcada pela independência, consciência política e pela bandeira da “reforma agrária na lei ou na marra”. Frente a essa e outras referências, o MST reavaliou as estratégias em defesa da reforma agrária (Stédile, 2012, p. 19 - 37).

Em torno desse contexto, a germinação do MST é marcada pelo retorno dos debates sociais, políticos e constitucionais sobre a reforma agrária, justiça social e democracia. Embalados por esse novo rearranjo político foram realizadas discussões, costuras e compromissos sociais em torno da construção do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Proposta que recuperou o acúmulo de experiências dos movimentos sociais do campo, fomentadas pelas ligas camponesas, entre as décadas de 1950/1960, e ressignificadas pelo MST no curso dos anos de 1980 (Maia, 2020, p. 228).

No Brasil, as discussões acerca da reforma agrária, durante as primeiras décadas da segunda metade do século XX, foram permeadas pelas ações do campesinato expropriado e premido pelo avanço do capitalismo tardio (Maia, 2020, p. 209). Essas ações, movimentos e experiências focaram na contestação de processos de expropriação da terra e na necessidade de expansão da aliança de intelectuais, operários, estudantes e partidos políticos nacionalistas, populares e/ou de esquerda. Essa aliança “burguesa”, nacionalista, popular deveria ser tecida entre os camponeses-operários-estudantes, contra a estrutura agrária que obstaculizava o desenvolvimento da agricultura, industrialização, cidadania e soberania nacional (Carvalho, 2016). Em síntese, o referido debate compreendia que a reforma agrária era um requisito essencial para o desenvolvimento econômico, político e social do país (Maia, 2020: Linhares; Silva, 2021).

Em concomitância à retomada deste debate no curso dos anos de 1980, os movimentos sociais do campo, em particular, o MST, defendem que a reforma agrária era essencial tanto para o fortalecimento do mercado interno quanto para a construção de uma sociedade menos desigual tanto no campo quanto na cidade (Costa, 2014). Em torno dessa discussão, a partir dos anos de 1980, os movimentos sociais do campo começaram, por um lado, a criticar tanto o modelo de

sindicalismo rural “burocratizado, assistencialista e acomodado” quanto às políticas impostas pela ditadura civil-militar, e, por outro lado, associaram-se às experiências fomentadas pelo novo sindicalismo responsável pela construção e criação da CUT, MST, entre outros movimentos e estratégias de participação, resistência e democratização, a exemplo, da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e seções estaduais da CUT e do MST (Corrêa, 2018).

Da CONCLAT à CUT

Entre as referidas experiências, no período de 21 a 23 de agosto de 1981, foi realizada a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em Praia Grande, São Paulo. Esse foi um dos primeiros encontros dos trabalhadores depois do golpe civil-militar. Evento que contabilizou 5.036 delegados, representando 1.091 entidades sindicais (CONCLAT, 1983). A atividade teve o objetivo de reorganizar o movimento sindical e encaminhar à fundação de uma entidade nacional com a participação de sindicalistas e entidades sindicais tanto do campo quanto da cidade.

A Conferência definiu a organização de uma comissão nacional Pró-CUT. No entanto, ocorreram dissidências entre as tendências sindicais. As divergências consistiam em decidir: qual seria o melhor momento para convocar o congresso da classe trabalhadora? Qual o papel do sindicalismo junto a sociedade brasileira? Quais os modos de ação e de estrutura sindical? E qual o perfil da central que seria organizada? (Corrêa, 2018).

Diante desses questionamentos entre as tendências sindicais, o chamado “bloco combativo” defendeu um sindicalismo classista voltado para os horizontes socialista. Centrados nessa perspectiva, a referida tendência organizou entre os dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Evento que contou com 5.059 delegados, representando 912 entidades sindicais urbanas e rurais, associações de funcionários públicos, federações, confederações, entre outras (CUT, 1983). A CONCLAT oficializou a criação da (CUT) e elegeu sua primeira direção para um mandato de um ano. A referida Central, conforme seu estatuto, deveria representar uma unidade classista para lutar pelos objetivos dos(as) trabalhadores(as) a partir da perspectiva de uma sociedade sem exploração. A partir de então, a CUT passou a ter papel relevante no processo de

reorganização de diferentes setores da sociedade – sob a lógica do novo sindicalismo e da redemocratização do país (Corrêa, 2018).

Um ano depois, a CUT organizou o seu I Congresso Nacional, em agosto de 1984, na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo, para avaliar a atuação da entidade, bem como, discutir o cenário para se consolidar enquanto entidade nacional (CUT, 1984). Esse Congresso teve a participação de 937 entidades, 5.222 delegados representando diferentes estados da federação e sindicatos do campo e da cidade. Dentre essas entidades, o STTR/Inhapi, além de ser um dos 308 STTRs que construíram o Congresso, também foi um dos sindicatos que representou Alagoas.

O sindicalista José Joaquim da Silva representou STTR/Inhapi no mencionado evento (CUT, 1984). Ele já havia participado de encontros congêneres, dentre eles o encontro que culminou na germinação da CUT/Alagoas. Em razão dessa trajetória político-sindical ele foi submetido à vigilância institucional pelo SNI, sob a justificativa de que suas ações e os movimentos sociais dos quais participava representavam um risco “a ordem social” e a “segurança nacional” (AN/FSNI, 1985).

Segundo Tarcísio Silva (2004), a CUT juntou correntes sindicais que criticavam e se opunham ao sindicalismo “burocrático, assistencialista e conformista”. As referidas correntes criticavam a submissão dos sindicatos ao Estado. Assim, a proposta da Central recém-criada teve por objetivo combater a tutela governamental sobre as entidades de representação dos trabalhadores (Corrêa, 2018).

Voltando ao I Congresso da CUT, observa-se que no quadro final de participantes as entidades que representavam os trabalhadores rurais alcançaram maior número com 308 entidades, 1.590 delegados e dois observadores. No quadro por estados, Alagoas foi representada por nove entidades, dentre elas o STTR/Inhapi, que, posteriormente, contribuiu para a organização da chamada CUT/Rural em Alagoas (CUT, 1984). A constituição do setor rural da CUT contribuiu para o florescimento de outros modelos organizativos políticos para os trabalhadores rurais. Dentre os segmentos do sindicalismo rural que compuseram a construção da CUT, podem ser identificados: agricultores familiares, pequenos produtores rurais, trabalhadores sem-terra, arrendatários, posseiros e assalariados rurais (Corrêa, 2018). A participação, em elevado número e com diferentes segmentos, demonstra o volume, densidade e importância da questão

fundiária, dos movimentos sociais do campo e do sindicalismo rural no contexto de transição da ditadura civil-militar para o da Nova República.

O referido Congresso encaminhou as seguintes agendas: participação no movimento das Diretas Já, reforma agrária radical, nova estrutura sindical e “Campanha Nacional de Luta”. Foram pautadas também discussões sobre: salário, desemprego, redução da jornada de trabalho e reajuste trimestral. O Congresso definiu, em relação à reforma agrária, que ela deveria ser “ampla, massiva e imediata, sob controle dos trabalhadores” (CUT, 1984). Segundo o sindicalista José Cazuza Ferreira de Oliveira (2020), a participação do STTR/Inhapi no Congresso da CUT convergiu com as discussões sobre a reforma agrária que estavam sendo realizadas em âmbito regional e estadual.

Ainda sobre as definições do I Congresso da CUT, ocorrido em 1984, além da definição da executiva nacional, também foram eleitas as direções para as executivas estaduais. A respeito, Ellen Corrêa (2018) destaca que apesar da base rural ter sido expressiva no Congresso, em termos percentuais, a ocupação dos cargos na direção nacional foi avaliada como pouco representativa pelos sindicalistas rurais. Observada essa crítica, constata-se que a direção estadual da CUT em Alagoas, ficou assim composta:

Efetivos

Pedro Luiz da Silva – Presidente STI Urbanas de AL

José Francisco de Lima – Sindicato Profissional de Enfermagem de AL

Suplentes

José Joaquim da Silva – Sindicato Rural Inhapi

José Gomes da Silva – STI Construção Civil de AL
(CUT, 1984).

Como exposto, o representante do STTR/Inhapi apareceu como suplente da direção da CUT em Alagoas. Sendo, portanto, o único representante de uma entidade rural a compor a direção estadual. A participação do referido sindicato rural no Congresso da CUT e na executiva estadual aponta o grau de articulação política desse sindicato na região e no estado (Silva, 2019). Desse modo, é possível destacar que a atuação do STTR/Inhapi, sobretudo, a partir de 1984, confirmam a atuação do referido sindicato e de sua associação às ações, propostas e experiências do novo sindicalismo, construção da CUT e nos debates em favor da reforma agrária, justiça social e democracia.

O novo sindicalismo e a pauta da reforma agrária

Nesse contexto, como já mencionado, floresceram diferentes movimentos sociais no campo e nas cidades, dentre eles: o MST. Esse movimento social constituiu-se entre os anos de 1979 e 1984, quando se iniciou as primeiras experiências de ocupações de terras, assim como, as reuniões que resultaram no Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado entre os dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná (Fernandes, 1999). Segundo Stédile (2012), às ocupações, reuniões e encontros regionais que antecederam esse encontro romperam com o regionalismo e demarcaram a criação de um movimento social do campo, de âmbito nacional, em favor da reforma agrária.

O Encontro teve a finalidade de socializar as experiências que vinham sendo tecidas, desde as primeiras ocupações em 1979 e das lições construídas no processo que resultou na fundação do MST. Além disso, possibilitou ao movimento recém-criado traçar objetivos e linhas de atuação política. A respeito, o documento final do Encontro convoca os trabalhadores a lutarem pela reforma agrária a partir da organização de acampamentos e de ocupações de terras devolutas (Stédile, 2012, p. 52). Dentre esses objetivos, destaca-se também a ramificação do Movimento para outras regiões, através de articulações junto aos sindicatos rurais, aos sindicatos urbanos e junto à Igreja Católica. Assim, os estados em que o Movimento estava organizado deveriam ajudar no processo de formação em outras regiões (Fernandes, 1999).

Norteados por esse horizonte de ampliar a atuação do MST nos estados e seguindo as orientações do encontro nacional realizado em 1984, após o evento, foram realizadas reuniões estaduais para a preparação do Congresso Nacional, com o objetivo de estimular a participação dos trabalhadores rurais em todo o país. Dessa forma, foram elaborados materiais de divulgação: cartazes, broches, camisetas, entre outros (JST, 1984). Nesse processo de preparação, o MST contou com a colaboração da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da CUT (Fernandes, 1999).

Segundo José Roberto Silva (2013), membro da coordenação do MST/Alagoas, a Pastoral Rural foi convidada para colaborar na tarefa de articulação do referido Congresso. Os delegados de Alagoas que participaram foram os representantes do STTR/Inhapi: Luiz Valério da Silva e um dirigente sindical de nome Alexandre (Oliveira, 2020). Dessa forma, o referido sindicato participou da criação da CUT e do MST e, conseqüentemente, contribuiu com as discussões

sobre a importância da reforma agrária para efetivação da justiça social e da democracia no Brasil (CUT, 1984).

Assim, posteriormente ao 1º Congresso do MST, são observadas ações que cultivaram a germinação do Movimento em Alagoas, dentre elas, a atuação dos militantes associados ao STTR/Inhapi. Segundo José Cazuza Ferreira de Oliveira (2020) – participante da Teologia da Enxada, das CEBs e do STTR/Inhapi –, a iniciativa do Congresso não foi bem aceita pelas freiras e padres que atuavam junto à Pastoral Rural e as CEBs na região. No entanto, mesmo com as divergências, eles apoiaram as ações de reivindicação de acesso a terra realizadas pelos(as) trabalhadores(as), a partir de ocupações de terras improdutivas e mobilizações. Esse tipo de decisão, para alguns estudiosos, é considerado uma prática social de organização camponesa autônoma – responsável pela constituição de suas experiências, atitudes e consciência social (Campos, 2006), como também, uma contribuição do novo sindicalismo em relação a tomada de decisão de forma compartilhada, democrática e disciplinada.

Os trabalhadores rurais de Inhapi continuaram alargando as discussões sobre a reforma agrária. Nessa perspectiva, em julho de 1985, em conjunto com a CUT, promoveram no município de Craíbas, agreste de Alagoas, um encontro de dirigentes sindicais e de trabalhadores rurais com a finalidade de discutir o tema. Dentre os resultados do encontro ocorreu a criação da Secretaria Rural da CUT/AL ou CUT/Rural, com o objetivo de consolidar a entidade no meio rural e auxiliar na luta pela reforma agrária (CUT, 1985).

O Encontro teve a participação de 75 trabalhadores rurais e de dirigentes sindicais dos municípios de Arapiraca, União dos Palmares, Inhapi, Delmiro Gouveia, Piranhas, Joaquim Gomes e Craíbas. Nele, os trabalhadores avaliaram que as propostas do governo para executar o PNRA eram insuficientes, morosas e pouco efetivas, e, diante dessa discussão, concluíram que a reforma agrária só ocorreria através da pressão dos trabalhadores e dos movimentos sociais que os apoiavam. O encontro também denunciou os latifundiários que estavam se armando para coibir as reivindicações dos trabalhadores sem-terra (CUT, 1985).

A participação do STTR/Inhapi na constituição da Secretaria Rural da CUT em Alagoas, por um lado, indica a articulação desse sindicato e de seus sindicalizados junto às propostas do novo sindicalismo. De outro lado, revela a construção de críticas e oposições contra o descaso do governo estadual e federal em relação às denúncias de violência contra os trabalhadores rurais e do travamento da pauta da reforma agrária.

Em outubro de 1986, ocorreu no município de Inhapi, Sertão de Alagoas, o I Encontro Regional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Alagoanos, conforme registro do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST). Esse registro descreve o Encontro e confere as boas-vindas do MST aos trabalhadores que passaram a fazer parte do Movimento.

Na primeira semana de outubro [de 1986], realizou-se um encontro regional de trabalhadores sem-terra alagoanos. Participaram [do Encontro trabalhadores] lavradores de quatro municípios da região [do Sertão de Alagoas, no município] de Inhapi, onde está começando a articulação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Estado. Bem-vindos companheiros de Alagoas! (JST, 1986, p.2).

O Encontro, anunciado pelo *JST*, foi resultado da participação de Luiz Valério da Silva e do sindicalista Alexandre – integrantes da Pastoral Rural, CEBs e do STTR/Inhapi – que relataram a experiência do Congresso do MST, ocorrido no Paraná, em 1985. O Congresso teve como tema “Sem Reforma Agrária não há Democracia” (Fernandes, 2012, p. 81) e externou as diretrizes que os trabalhadores sem-terra, participantes do Movimento, passariam a seguir a partir do tripé “luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo” (Stédile, 2012, p. 53).

É sob esse horizonte de expectativas que ocorreu o já mencionado Encontro dos Trabalhadores Sem Terra de Alagoas, no município de Inhapi, na região do sertão, em meados da década de 1980. A partir desse acontecimento, as fontes analisadas – jornais, entrevista, dentre outras – registram uma mudança de rumo na perspectiva pedagógica e, sobretudo, de formação política daqueles trabalhadores, em particular, quanto às ações centradas na luta pelo direito à terra, incluindo manifestações, marchas, ocupações dentre outras experiências de resistência. Nesse sentido, para os participantes do STTR/Inhapi, já não bastava evocar o direito pelo uso e posse da terra, era necessário agir, ocupar e promover ações efetivas em favor da reforma agrária.

Nesse sentido, pode-se considerar o Encontro Regional dos Trabalhadores Sem Terra de Alagoas como um acontecimento de relevância para a ramificação da pauta da democratização da terra a partir das ações do novo sindicalismo e do MST. Participaram desse encontro, diretores sindicais dos STTRs de Inhapi e de Delmiro Gouveia, lideranças das CEBs dos municípios de Inhapi e de Mata Grande, representantes da direção do MST, dois membros do MST/Sergipe, João Sessenta e Madalena, dentre outros (Oliveira, 2019).

Essas ações, balizadas pelas diretrizes do I Congresso do MST, buscavam fomentar o entendimento de que a reforma agrária só avançaria através de ocupações dos latifúndios e pela

pressão política – através de marchas, passeatas, mobilizações, acampamentos, ocupações de terras e de prédios públicos. Em torno dessas ações, a palavra de ordem que passou a ser utilizada foi “ocupação é a única solução” (Morissawa, 2001, p. 141).

Nessa construção do MST em Alagoas, José Cazuza Ferreira de Oliveira, enquanto integrante do STTR/Inhapi e da CUT/Alagoas, contribuiu com a referida articulação política e institucional; Genivaldo Vieira da Silva, do STTR/Inhapi e das pastorais da Igreja Católica, tinha a tarefa de realizar a agitação de massas, fazer propaganda e convencimento dos trabalhadores para a inserção na luta pela terra; Maria Zilma Tavares Costa, integrante das CEBs e sócia do STRR/Inhapi, realizava o trabalho de mobilização das mulheres, dos jovens, dos chefes de família, para participarem da ocupação e demais ações; Jose Severino dos Santos, sócio do STTR/Inhapi, participou da primeira secretaria do MST que funcionou junto à sede do STTR/Inhapi; Luiz Valério da Silva, membro do STTR/Inhapi, foi designado para atuar na organização dos trabalhadores na ocupação da Fazenda Peba, em Delmiro Gouveia (Oliveira, 2019).

A partir desse Encontro, foi organizada uma comissão de trabalhadores rurais sem terra para que esses conhecessem a experiência de resistência das famílias acampadas na Fazenda Borda da Mata, no município de Canhoba, Sergipe, ocupada em 1986 (Fernandes, 1999, p. 98). O Encontro de Alagoas resultou na constituição da Secretaria Estadual do MST/AL – localizada na sede do sindicato rural de Inhapi – e de sua coordenação, bem como, no aprofundamento do debate político dos trabalhadores rurais sobre o alargamento da luta pela reforma agrária (JST, 1986, p.2).

Considerações finais

O presente texto evidencia experiências políticas de sindicalistas sertanejos do STTR/Inhapi no curso da transição da ditadura civil-militar para a Nova República. Essas experiências, reservadas suas especificidades, destacaram, por um lado, a gestação de uma nova proposta de sindicalismo rural e, de outra, a constituição de um movimento social do campo de abrangência nacional. Nesse sentido, o Sertão de Alagoas é parte constitutiva das experiências que constituíram a CUT em 1983, o MST em 1984, bem como, participou da gênese do novo sindicalismo e da retomada das mobilizações em favor da reforma agrária.

Assim, os significados acerca das experiências do STTR/Inhapi e da atuação de seus sindicalistas no período de 1984 a 1986, revelam nuances da substituição de um sindicalismo denominado de “pelego, burocrático e dependente” para um sindicato de novo tipo, autônomo e ativo politicamente. Um sindicato, cuja nova gestão, tanto ajudou a tecer a proposta do novo sindicalismo quanto colocou suas ideias em prática, dentre elas: mutirões colaborativos, deliberações coletivas, agendas unificadas de lutas na defesa da justiça social, reforma agrária e democracia, entre outras.

A respeito, tanto às fontes escritas quanto às orais, descortinam o protagonismo, interação e ativismo do sindicalismo sertanejo do STTR/Inhapi no Nordeste do Brasil. Nessa história, o olhar da periferia é parte constitutiva e não um desdobramento. É um espelho de como sujeitos e movimentos sociais de diferentes partes do país tomaram parte da redemocratização.

Assim, as discussões tecidas evidenciam a importância do direito de acesso a terra enquanto condição para uma sociedade que almeja justiça social e democracia. E, em síntese, as experiências desses sertanejos sindicalistas ressaltam a necessidade de se compreender de forma mais aprofundada as diferentes regiões do país.

Referências

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.) *et al.* **A questão agrária em Alagoas**: índios, semterras e canavieiros. Maceió: CBA Editora, 2018.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 1985.

AN/FSNI. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_84006181_d0001de0002.pdf., 1984.

AN/FSNI. **Dossiê**: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_85006810_d0001de0002.pdf., 1985.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, Salvador: UFBA, v. 28, n. 75, p. 511-528, 2015. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HYrfJQj6S3p4FFg584KTqvt/abstract/?lang=pt> > acesso em 30/08/2023.

ASFORA, Maria de Fátima Yasbeck. **A Força Desarmada presença da Comissão Pastoral da Terra nos conflitos rurais**. Tese de doutorado em Serviço social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em <

https://www.researchgate.net/publication/327670826_A_forca_desarmada_-_Presenca_da_Comissao_Pastoral_da_Terra_no_nordeste_do_Brasil > acesso em 12/09/2023.

BARRETO, Maria de Lourdes. **Entrevistada por Coletora de fontes, polens e memórias**, em 29/08/2020.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas & Resistências**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v.1, p.146-162, 2006. Disponível em < <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista1aedicao/lr146-162.pdf>> acesso em 20/06/2023.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. Pensamento, política, ações e reações na luta pela terra: reflexões sobre a questão agrária brasileira. In: CEPÊDA, Vera Alves; CARVALHO, Joelson Gonçalves (org.). **A questão agrária no pensamento brasileiro**. São Carlos: Ideias Intelectuais e Instituições - UFSCar, 2016.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do tempo presente**. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: São Paulo: EDUSC, 1999.

COLLETI, Claudinei. Os sindicatos rurais de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. **Revista de Direitos Fundamentais**, São Paulo: Unianchieta, v. 1, n. 2, p. 129-149, 2019. Disponível em < <https://revistas.anchieta.br/index.php/DireitosFundamentais/article/view/1521> > acesso em 21/06/2023.

CONCLAT. **1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS (CONCLAT)**. São Paulo: São Bernardo do Campo, 1983.

CORRÊA, Ellén Gallerani. **Sindicalismo rural e centrais sindicais no Brasil**: aproximações e disputas nas primeiras décadas do século XXI. Tese de doutorado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 2018. Disponível em < <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333651> > acesso em 25/06/2023.

CORREIA, Manoel de Aguiar. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 04/09/2020.

COSME, Claudemir Martins. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária:** da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano. Tese de doutorado em Geografia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019,

COSTA, Caetano De'Carli Viana. Sonhos de abril. **A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão.** Tese de doutorado em Pós – colonialismo e Cidadania Global. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em < <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/25254?mode=full> > acesso em 13/09/2023.

COSTA, Iraneidson Santos. Os bispos nordestinos e a criação da CNBB. **Interações** – cultura e comunidade, Belo Horizonte: PUC, v.9 n.15, p. 109-143, 2014. Disponível em < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-2478.2014v9n15p109/7090> < acesso em 10/05/2023.

COSTA, Maria Zilma Tavares. Entrevistada por Aline Oliveira da Silva, em 26/07/2016.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. Comunidades Eclesiais de Base: presente, passado e futuro. **Interações:** cultura e comunidade, Minas Gerais: PUC, vol. 4, n. 6, p. 173- 185, 2009.

CRUZ, José Vieira da. Vozes do Ser-tão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas” In: **Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL.** Maceió: UFAL, 2013, p. 832-840. Disponível em: < <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmV2ZW5jb250cm9kZWhpc3RvcmlhfGd4OjJjNjYzYWE1MjU4ZWY5OWI>>. Acesso em 28\10\2013.

CRUZ, José Vieira da; SILVA, Aline Oliveira da. Arados da reforma agrária no Sertão do São Francisco: experiências do Peba e Lameirão, Delmiro Gouveia, Alagoas, 1986-1989. **Revista Crítica Histórica**, 13(26), 257–281, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0012>> Acesso em 03/05/2023.

CUT. Encontro cria secretaria rural de Alagoas. **Boletim Nacional da CUT.** n. 3, agosto de 1985.

CUT. Resoluções do CONCLAT. **Jornal da CUT.** Ano I, setembro de 1983.

CUT. Viva a CUT. **Jornal da CUT.** n. 1, ano II, 1984.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 – 1999)**. Tese de doutorado em Geografia. São Paulo: USP, 1999. Disponível em < <https://repositorio.usp.br/item/001070540> > acesso em 25/09/2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia hist** [Internet]. 2012, Jan;28(47):43–59. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-8775201200010000>. Acesso em 10/10/2023.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**: ensaios. Tradução: Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

IGREJA CATÓLICA. **Abra a porta cartilha do povo de Deus**. 2 ed. Dioceses de Caratinga, Teófilo Otoni, Divinópolis e Araçuaí: Edições Paulinas, 1979.

JST. Alagoas no Movimento. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. n. 57, ano V. out., 1986.

JST. Começa a mobilização. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. n. 40, ano III, nov., 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro. Editora. Zahar

LIMA, José Carlos da Silva. Terra, **poder e liberdade**: a ocupação de sem terra na flor do bosque. Maceió: EDUFAL, 2016.

LINHARES, Maria Yedda; Silva, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MAIA, Cláudio Lopes. José Gomes da Silva: projeto luta e história. In: MOTA, Márcia; PARGA, Pedro (org.) **Intelectuais e a questão agrária no Brasil**. Seropédica: UFRRJ; Lisboa: Proprietas, 2020.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. Igreja, esquerda católica e anticomunismo nos anos 1960/70 em Alagoas. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza:

UFCE, 2009. Disponível em < https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772190_2767c5315e937c13c3bdec1c9bfa5df3.pdf > acesso em 25/08/2023.

MENEZES NETO, A. J.. (2007). A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Caderno CRH**, 20(50), 331–341. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000200010>

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)**. Recife: CEPE, 2019.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão popular, 2001.

OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de Oliveira. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 13/01/2019.

OLIVEIRA, José Cazuzza Ferreira de. Entrevistado por Aline Oliveira da Silva, em 27/06/2020.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese de doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em < https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.tese_.everton_picolotto.pdf > acesso em 14/07/2023.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha, 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RIOS, Allyne Jaciara et al. **Inhapi: cidade da gente**. Fortaleza: Didáticos Editora, 2020.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007.

SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. **Os missionários do campo e a caminhada dos pobres no Nordeste**. Dissertação de mestrado em História. Salvador: UFBA, 2007. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11491> > acesso em 02/06/2023.

SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. **Padre José Comblin e a Ditadura Militar: religião, discurso e práticas cristãs nos anos de chumbo (1968-1972)**. Tese de doutorado em História. Salvador: UFBA, 2014. Disponível em <

https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/6_padre_jose_comblin_e_a_ditadura_militar_religiao_discurso_e_praticas_cristas_nos_anos_de_chumbo_1968-1972.pdf > acesso em 02/08/2023.

SILVA, Aline Oliveira da. **A luta pela terra no sertão do rio São Francisco: a experiência do assentamento Lameirão**, Delmiro Gouveia, Alagoas 1989-2014. Monografia de conclusão de curso em Licenciatura em História. Delmiro Gouveia: UFAL, 2019. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/5039> > acesso em 20/08/2023.

SILVA, Aline Oliveira da. **Da teologia da enxada ao MST: conflitos, (re)ocupações e as experiências de reforma agrária do Peba e do Lameirão**, Delmiro Gouveia, Alagoas, Sertão do São Francisco, 1982-1989. Dissertação (Mestrado em História). Maceió: UFAL, 2021. Disponível em < <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/8990> >. Acessado em 16/09/2023.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. Serra dos perigosos: uma experiência de guerrilha no alto sertão de Alagoas (1967). In: **Anais do V Encontro Nordestino de História**, Recife: UFPE, 2004. Disponível em < <http://snh2013.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/08-hist-mem/indigena/Artigo%20de%20Amaro%20Leite.pdf> > acesso em 21/07/2023.

SILVA, Felipe Emmanuel Vicente da. **As sementes germinando no sertão: o sindicato dos trabalhadores/trabalhadoras rurais de Inhapi e a gestação do MST em Alagoas, 1985 – 1989**. Artigo monográfico de conclusão de curso em Licenciatura em História UFAL: Delmiro Gouveia, 2019. Disponível em < <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/6482> > acesso em 01/09/2023.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. **O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma separação do assistencialismo?** Dissertação de mestrado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2004. Disponível em < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9910> > acesso em 26/09/2023.

SILVA, José Roberto. **Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2017**. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.) et al. Terra em alagoas: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução: Denise Botmann. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SUSIN, Luís Carlos. José Comblin, um mestre da libertação. In: HOORNAERT, Eduardo (org.). **Novos desafios para o cristianismo**: a contribuição de José Comblin. São Paulo: Paullus, 2012.

SOUZA, Alzirinha. Teologia da Enxada: Evangelização inculturada e inculturante. **Ciberteologia**, São Paulo: Paulinas, n. 38, ano VIII, p. 3-17, 2012. Disponível em < https://ciberteologia.com.br/images/edicoes/pdf/edicao_20200709231134.pdf > acesso em 18/08/2023.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

STÉDILE, João Pedro; BEZERRA, Lucas (org.) **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

TORRES, José Luiz. Entrevistada por Estevão Firmo Soares, em 03/04/2016.

Recebido em 2023-10-15

Aprovado em 2023-12-04

Publicado em 2023-12-30